COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU

**ATA DA XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU – CBHP**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 09h17min, em segunda chamada, iniciou-se a XXXIX Reunião Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraguaçu – CBHP, na Câmara de Vereadores de Mucugê, com endereço na Rua Trajano Novaes, s/nº, Cidade Nova, Mucugê – Bahia. Foi feita a abertura da reunião pelo Sr. Valter Amorim Muniz, Vice-presidente do CBHP, que, de logo, sugeriu a inversão dos pontos de pauta. Assim, iniciou-se a apresentação do ponto de pauta 3 **"Avaliação e aprovação das metas do Procomitês/ANA, para o CBHP"**, pela Coordenadora de Comitês de Bacias Hidrográficas do INEMA, Thamires Mercês Gomes, representante da CODIS, que fez uma síntese da reunião ocorrida em Salvador no dia 29 de setembro do ano em curso (Reunião do Pró-Comitês), onde os representantes dos comitês do Estado se fizeram presentes para conhecer as regras, discutir e, posteriormente, aderirem ao Programa. Naquela oportunidade, os representantes da Agência Nacional de Águas – ANA, orientaram sobre o preenchimento da tabela do Procomitês para que os comitês possam, dentre outras coisas, receber os recursos financeiros e completar as metas presentes na tabela. Foram discutidos alguns pontos elencados na tabela elaborada pela ANA, como o funcionamento do Comitê, regimento interno, mandatos dos membros, reuniões ordinárias, quórum nas reuniões ordinárias, conformidades documentais, plano de trabalho anual e relatórios, apoio técnico e logístico, capacitação de membros novos, plano de capacitação, implementação e monitoramento do plano de capacitação, ações previstas no plano de capacitações, comunicação, plano de comunicação, cadastro nacional de instâncias colegiadas, conhecimento dos membros, conhecimento de atuação do Comitê, conhecimento dos instrumentos de gestão, Termo de Referência (TDR) para elaboração de planos e enquadramentos, enquadramento aprovado, estudos para implementação de cobraça da bacia hidrográfica, aprovação de cobrança e revisão de planos. Os comitês também responderam às perguntas elencadas pela ANA, que requisitou que os representantes que ali estavam escolhessem, no mínimo, duas metas de livre escolha para o próprio comitê realizar. Na sequência, Evilásio Fraga pontuou algumas questões que ficaram acertadas na reunião, como o comprometimento do Presidente da ANA em disponibilizar um recurso daquela Agência para ajudar no fortalecimento dos Comitês de Bacias do Brasil. Para a Bahia, será destinado um valor de quinhentos mil reais para todos os Comitês. Também foi falado sobre o prazo estabelecido pela ANA para a entrega de todos os documentos - até o dia vinte nove de dezembro de 2017. Diante disso, o INEMA, órgão executor da política estadual de recursos hídricos, estabeleceu que essa demanda deveria ser submetida ao CONERH. Porém, até o dia da mencionada reunião, O CBHP não havia se reunido para avaliar as propostas e estabelecer as metas sugeridas pela ANA. Houve uma solicitação ao INEMA para que o CBHP estabelecesse as metas e as apresentasse para a sua plenária, quando as metas serão apresentadas a

plenária para deliberação. O mesmo declarou que tanto o Paraguaçu quanto o Recôncavo Norte não apresentaram as suas metas porque entenderam que era necessário submeter às plenárias dos respectivos Comitês, e também porque, dentro do prazo estabelecido, não houve reunião destes. Em decorrência a fala anterior, Thamires afirmou que houve uma reunião, via vídeo conferência, entre os integrantes da CODIS e os técnicos da ANA responsáveis pelo programa, e que os mesmos decidiram em não colocar qualquer meta a mais. Posteriormente, Evilásio Fraga afirmou ter participado da reunião do CONERH, onde houve a apreciação das propostas e ficou decidido, com deliberação da plenária, que todos os comitês que apresentaram as propostas deveriam submeter à apreciação de suas respectivas plenárias e, em sendo aprovadas, seguiriam para a ANA e os outros dois Comitês (Paraguaçu e Recôncavo Norte e Inhambupe) teriam um prazo para apresentarem a SECEX qual seria a deliberação da plenária dos mesmos. Feito esses esclarecimentos foram discutidas as propostas determinadas pela ANA para que os Comitês recebam os recursos que serão repassados aos mesmos. Sobre o item Plano de Bacias foi enfatizado que a Bacia do Paraguaçu possui um Plano Diretor de Recursos Hídricos, elaborado na década de 90, pela então Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, que atende ao alto, médio e o baixo Paraguaçu. Também foi relatado que, no ano de 2007, com a posse do primeiro mandato dos membros eleitos para o Comitê, apoiado nesse plano diretor, foram criados grupos de trabalhos para identificar problemas nesses trechos do rio. Após essa explanação, a palavra foi passada para plenária para discutir se o CBHP tem ou não o Plano de Bacias, e se irá aderir ao programa Procomitês, e quais serão as metas estabelecidas para o próprio Comitê. Na sequência, a palavra foi passada a Ana Maria Vargas, membro deste Comitê, que discorreu a respeito das proposições elencadas pela ANA, como um acompanhamento de ações e direcionamento para as atividades desenvolvidas pelos Comitês de Bacias. A mesma esclareceu que no seu entendimento, a tabela disponibilizada pela ANA, com as proposições a serem atendidas pelos Comitês, contemplam muitos itens, sem a necessidade de acréscimo. Posteriormente, Élio Campos Muniz, membro deste CBHP, aduziu que os requisitos estabelecidos pela ANA, são louváveis. Entretanto, o Comitê não possui estrutura para desenvolver determinadas ações solicitadas. Questionou o órgão que irá executar os trabalhos, no caso o INEMA, que irá gerenciar o recurso financeiro e que poder vir a contratar determinadas empresas para realizar algum serviço, caso seja necessário. Ressaltou que é importante que seja feito o acompanhamento das metas e prazos estabelecidos. Argumentou que o plano já possui muitas ações a serem feitas, mas que fica a critério da plenária sugerir mais ações. Em seguida, esteve com a palavra Carlos Romero. O mesmo questionou se o Plano Diretor da Bacia do rio Paraguaçu mencionado, refere-se, ao Plano Diretor que se encontra na sala de reuniões do INEMA, em Feira de Santana. O mesmo afirmou que esse Plano Diretor não tem qualquer relação com o

plenária para deliberação. O mesmo declarou que tanto o Paraguaçu quanto o Recôncavo Norte não apresentaram as suas metas porque entenderam que era necessário submeter às plenárias dos respectivos Comitês, e também porque, dentro do prazo estabelecido, não houve reunião destes. Em decorrência a fala anterior, Thamires afirmou que houve uma reunião, via vídeo conferência, entre os integrantes da CODIS e os técnicos da ANA responsáveis pelo programa, e que os mesmos decidiram em não colocar qualquer meta a mais. Posteriormente, Evilásio Fraga afirmou ter participado da reunião do CONERH, onde houve a apreciação das propostas e ficou decidido, com deliberação da plenária, que todos os comitês que apresentaram as propostas deveriam submeter à apreciação de suas respectivas plenárias e, em sendo aprovadas, seguiriam para a ANA e os outros dois Comitês (Paraguaçu e Recôncavo Norte e Inhambupe) teriam um prazo para apresentarem a SECEX qual seria a deliberação da plenária dos mesmos. Feito esses esclarecimentos foram discutidas as propostas determinadas pela ANA para que os Comitês recebam os recursos que serão repassados aos mesmos. Sobre o item Plano de Bacias foi enfatizado que a Bacia do Paraguaçu possui um Plano Diretor de Recursos Hídricos, elaborado na década de 90, pela então Superintendência de Recursos Hídricos – SRH, que atende ao alto, médio e o baixo Paraguaçu. Também foi relatado que, no ano de 2007, com a posse do primeiro mandato dos membros eleitos para o Comitê, apoiado nesse plano diretor, foram criados grupos de trabalhos para identificar problemas nesses trechos do rio. Após essa explanação, a palavra foi passada para plenária para discutir se o CBHP tem ou não o Plano de Bacias, e se irá aderir ao programa Procomitês, e quais serão as metas estabelecidas para o próprio Comitê. Na sequência, a palavra foi passada a Ana Maria Vargas, membro deste Comitê, que discorreu a respeito das proposições elencadas pela ANA, como um acompanhamento de ações e direcionamento para as atividades desenvolvidas pelos Comitês de Bacias. A mesma esclareceu que no seu entendimento, a tabela disponibilizada pela ANA, com as proposições a serem atendidas pelos Comitês, contemplam muitos itens, sem a necessidade de acréscimo. Posteriormente, Élio Campos Muniz, membro deste CBHP, aduziu que os requisitos estabelecidos pela ANA, são louváveis. Entretanto, o Comitê não possui estrutura para desenvolver determinadas ações solicitadas. Questionou o órgão que irá executar os trabalhos, no caso o INEMA, que irá gerenciar o recurso financeiro e que poder vir a contratar determinadas empresas para realizar algum serviço, caso seja necessário. Ressaltou que é importante que seja feito o acompanhamento das metas e prazos estabelecidos. Argumentou que o plano já possui muitas ações a serem feitas, mas que fica a critério da plenária sugerir mais ações. Em seguida, esteve com a palavra Carlos Romero. O mesmo questionou se o Plano Diretor da Bacia do rio Paraguaçu mencionado, refere-se, ao Plano Diretor que se encontra na sala de reuniões do INEMA, em Feira de Santana. O mesmo afirmou que esse Plano Diretor não tem qualquer relação com o

plano de bacias e pediu mais esclarecimentos. Questionou também sobre o valor que será destinado para cada Comitê – cerca de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), se esse valor é suficiente e será utilizado no plano de bacias. Pediu para que o Comitê avaliasse até que ponto seria válido o mesmo assumir tal compromisso. Marjorie Nolasco opinou sobre o plano de bacias e questionou quais são as metas obrigatórias para que o comitê receba o recurso financeiro do programa da ANA. Questionou sobre os membros que ficarão responsáveis para desenvolver os trabalhos propostos pela ANA e se o comitê consegue atender às exigências da mesma dentro do prazo proposto. Sugeriu a revisão do plano de recursos hídricos, caso este exista, e agregar conteúdos que o comitê achar pertinentes. Em seguida, esteve com a palavra Silvio Santos. O mesmo afirmou que existiam alguns documentos que balizava a gestão dos recursos hídricos do estado - os planos diretores. Os documentos foram construídos na época da SRH com apoio de universidades e que teve por objetivo atender a todas as bacias do estado. Informou que a lei estadual de recursos hídricos é anterior a lei nacional, datada de 1997. Com as mudanças, a lei estadual foi alterada e em 2009 foi feita revisão. Mas, em 2011, com a criação do INEMA, passou por outras alterações. Resaltou que a construção desses documentos foi o que justifica a afirmação de que o comitê possui o plano de ação, como dito na reunião com ANA. Posteriormente, a palavra foi passada para Elba Alves, SEMA, que chamou a atenção em relação ao plano diretor e plano de bacias. Disse que é necessário atentar-se para o conteúdo do que está posto. Afirmou que o plano elaborado à época não condiz com a realidade atual apresentada na bacia do rio Paraguaçu, desconsiderando que há um plano de bacias. Na sequência, deu a sua contribuição para discussão o Sr. Nelson Matias, que falou sobre a diferença entre o plano diretor. Afirmou que um é complemento do outro. Para ele, o plano de bacias é um documento orientador. Já o plano diretor é um pré-requisito para que seja estabelecido o plano de bacias, elaborado após diagnóstico. Após as falas e questionamentos, Thamires esteve com a palavra para responder as indagações colocadas pela plenária. A mesma iniciou falando sobre as ações obrigatórias determinadas pela ANA de acordo com a tabela disponibilizada pelo órgão, que são referentes ao funcionamento básico do comitê. Sobre o plano de bacias, a mesma afirmou que a preocupação da maioria dos comitês é não atender ao prazo. Segundo a mesma, caso isso aconteça, o estado terá que elaborar um ofício e encaminhar para a ANA expondo os motivos que levaram a não conclusão do plano da estipulada data. Afirmou que ocorrência não implicará na redução do valor financeiro para o comitê que não atender ao prazo. Em relação ao recurso financeiro disse que a transferência será anual e será depositado na conta que o INEMA abrirá para determinado fim. Esclareceu que não será sujeito a prestação de contas perante a ANA e os recursos transferidos aos estados e distrito federal. No âmbito do pró-comitê, não será objeto de contingenciamento. Depois dos

esclarecimentos de Thamires e das discussões a respeito do plano de bacias e do plano diretor, o presidente propôs ao comitê deliberar para que a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos que aprecie o plano diretor existente e levante informações sobre o que está previsto como ações no mesmo e verificar se essas ações foram implementadas, para que se possa afirmar com precisão se nada foi implementado. Pausa para o lanche às 11h30min. Retorno ao meio-dia, com os seguintes questionamentos e encaminhamentos: o comitê irá aderir ao Pró-comitê? Caso o adira, como o mesmo irá atender a questão do plano? O comitê irá acrescentar duas metas a mais ou cumprirá apenas as estabelecidas pela ANA? Diante disso, o presidente aduziu que não há um plano de bacias aprovado pelo comitê. Mas, é importante que se faça uma nota esclarecendo que existe um plano diretor, que foi executado pelo órgão gestor, e que atende ao Alto, Médio e Baixo Paraguaçu. A plenária passou a analisar se o comitê irá aderir ao Pró-comitê. A palavra foi concedida para a Profª Marjorie Nolasco, da UEFS, que questionou sobre o que configura um plano de bacias. Para ela, é o plano que dirá constar o que está feito e o que é preciso fazer. Ou seja, um planejamento. Disse que a revisão do plano já existe e que não é algo irrealizável. Em seguida, foi perguntado para a plenária se o comitê iria aderir ao Pró-comitê e solicitou a manifestação dos que se opõem. A aderência ao programa se deu por unanimidade. Na sequência, também foi perguntado à plenária se o comitê possui plano de bacia aprovado. A plenária em concordância afirmou que não. Referente à apresentação das duas metas, ficou determinado que não. Passou-se para o próximo ponto de pauta sobre **"Definir e aprovar datas para as reuniões ordinárias do CBHP para o ano de 2018"**. A plenária deliberou para o seguinte calendário para as reuniões do comitê, no ano de 2018**: 02 de março, 18 de maio, 03 de agosto e 23 de novembro de 2018**. Sendo a primeira reunião prevista para acontecer na cidade de Feira de Santana. Nesse momento, o presidente propôs que cada segmento indicasse um membro para junto com a diretoria elaborar um plano de ação para o comitê, que deverá ser apresentado na primeira reunião ordinária de 2018 para a apreciação e deliberação do comitê. Sendo esse grupo de trabalho formado por Marlene Marques Ferreira (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Conceição da Feira), Ana Maria Ledoux Vargas Matos (EMBASA), Marjorie Cseko Nolasco (UEFS) e Sílvio de Sousa Santos (INEMA). O próximo ponto de pauta referiu-se a **"Apresentação pelo Inema da situação atual do cadastro de usuários de água na Bacia do Rio Paraguaçu"**. Após foi questionado a solicitação convergida ao INEMA para que o órgão apresentasse o valor financeiro gasto com o cadastramento de usuários. Sílvio Santos respondeu que a solicitação já foi atendida e que o documento contendo o valor foi encaminhado ao grupo do comitê. Em seguida, Thamires fez a leitura sobre a nota técnica, em anexo, encaminhada pelo INEMA ao Comitê referente a solicitação da disponibilização dos dados obtidos pelo cadastramento dos usuários. Na sequência, o

presidente questionou como estão a precisão e tomada dos dados, e se o cadastro, de fato, está conseguindo captar o uso da água ou se estão ficando com lacunas, o que pode dificultar a ação do Comitê no que diz repeito à mediação pelo conflito pelo uso da água. Nelson Matias ressaltou a importância do cadastramento de usuários da água e afirmou que a maioria dos usuários do rio Utinga não possui outorga, totalizando cerca de 90% dos usuários. Segundo Nelson, desde o ano de 2012 há um esforço para legalizar o uso da água naquela sub-bacia e afirmou que o cadastramento é uma forma de dar visibilidade às pessoas já usuárias. Posteriormente, o presidente esclareceu a situação referente ao rio Utinga, dizendo que, na última reunião extraordinária fez-se presente o Sr Wilson Cardoso, ex-prefeito de Andaraí, e este, o falou da reunião que estaria realizando com os prefeitos dos municípios que compõem a sub-bacia, juntamente com a comunidade de Andaraí. O presidente fez-se presente na referida reunião e relatou que os ânimos na mesma estavam alterados e que mal conseguiu expressar-se. Afirmou que a tensão que a falta da água gera, exige do estado e da sociedade maior atenção. E assegurou que há por parte de todos os agentes envolvidos, e, principalmente, do governo do estado, uma ação articulada no sentido de construir alternativas de soluções mais eficazes. Afirmou que desde que o rio Utinga apresentou problemas o comitê sempre esteve presente e tem realizado reuniões com usuários e produtores. Abordou a gestão da prefeitura em relação aos problemas do rio Utinga e afirmou que a mesma não tem gestão de água. Destacou também, que a instalação de novas áreas irrigadas na região do rio Utinga, que não cumpre com as normas estabelecidas para uso da água agrava ainda mais a situação do rio. Posteriormente, Carlos Romero questionou a responsabilidade dos profissionais que atuam na área ambiental e do governo, no tocante à permissão de perfuração de poços, o que contribui para aumentar a escassez de água das regiões que sofrem com a seca. Em outro momento, esteve com a palavra a Marjorie Nolasco, que defendeu as reuniões como o momento de construção de consensos sobre as dificuldades e os problemas existentes. Afirmou que a construção se faz a partir da sociedade e defendeu a participação de todos na busca de solucionar os problemas postos em decorrência da falta de água. Em seguida, o presidente enfatizou as dificuldades de construir soluções negociadas quando agentes envolvidos se comprometem, mas não assumem o que foi comprometido e enfatizou que o papel do estado é fazer com que esses acordos sejam cumpridos. Em sequência, o mesmo colocou para a plenária, algumas questões para o Comitê apreciar e deliberar; analisar, a solicitação do produtor de Utinga, que enviou questionamento ao CBHP legalidade da portaria publicada pelo Inema que reduziu temporariamente a utilização das vazões outorgadas em 50 % na sub-bacia do rio Utinga. Outro ponto referiu-se ao produtor do Alto Paraguaçu no município de Mucugê, que instalou um equipamento de irrigação na margem esquerda da barragem do Apertado, se este está devidamente outorgado.

Outra situação relatada, fez menção as publicações do INEMA, n° 14.901 e 14.902 do dia 25 de setembro de 2017, que concedem uso de água subterrâneas para irrigação de 118 há de irrigação por pivô central, e que estes produtores secaram o rio Sumidouro, afluente do rio Paraguaçu logo abaixo da barragem do Apertado. Diante disso, o presidente pediu ao comitê que o mesmo deliberasse sobre essas questões. Na sequência, fez um uso da palavra Élio Campos Muniz. O mesmo enfatizou a questões referentes ao rio Utinga e solicitou ao comitê que requeresse um estudo para a implementação de pequenos barramentos ao longo do rio Utinga. Afirmou que a Progresso tem estrutura e técnicos para diferir como esses barramentos devem ser feitos, para que se possa analisar e encontrar uma solução para o problema do rio Utinga. Evilásio Fraga informou que, em relação ao rio Utinga, o grupo de trabalho de gestão de conflitos - GT Conflitos, do CBHP, já está se debruçando sobre o assunto e já trouxe uma série de informações novas sobre o mesmo. Disse que o Grupo de Trabalho elaborará uma agenda. Nelson Matias solicitou uma análise sobre a situação do rio nesse momento. Após isso, o Presidente Evilásio Fraga, encaminhou para apreciação da Plenária, as propostas encaminhadas dos tópicos relatados, por este, para que fosse solicitado ao Inema, através de ofícios, esclarecimentos sobre os pontos apresentados a plenária. Posto em votação, todos os três pontos foram aprovados por unanimidade. Na sequência, foi abordada a cobrança do uso da água, assunto da reunião realizada no dia anterior (23), pelo a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC do CBHP. Para a apresentação do ponto de pauta **"Apresentação da situação atual das tratativas para a implantação do instrumento de gestão, cobrança pelo uso de água bruta no CBHP"**, passou a palavra para Elba Alves, representante da SEMA, para repassar os informes pertinentes. A mesma fez um breve histórico das ações de planejamento da cobraça da água que em 2015 foi tomada a decisão de implementar o instrumento de gestão da política nacional e estadual de recursos hídricos, ou seja, o cobraça pelo uso de recursos hídricos. A mesma afirmou que nesse mesmo ano esteve nesse comitê juntamente com o secretário na qual foi apresentada para a plenária do comitê a proposição do estado. Em 2017, a mesma, juntamente com o atual Secretário do Meio Ambiente do Estado, debateram mais uma vez com o comitê do Paraguaçu, a discussão da implementação do instrumento do uso de cobrança. Repassou as discussões da reunião realizada pela câmara técnica no dia 23 e afirmou que houve pouco avanço na discussão sobre o modelo de cobraça, uma vez que, que a plenária ficou atenta para dedução se é viável a cobraça da água e sobre a deliberação da cobrança no prazo estabelecido pelo estado, ou seja, no primeiro semestre do próximo ano. Em seguida, a mesma passou a palavra ao presidente da câmara técnica para falar sobre a deliberação da CTOC. José Vieira Drumond informou que essa decisão será feita na plenária e que será preparado um relatório a ser encaminhando pela CTOC após a reunião do dia

**ATA DA XXXIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAGUAÇU – CBHP**

02 de março de dois mil e dezoito. Logo após, o presidente reafirmou que a cobraça pelo uso da água é legal. No entanto, é obrigação do comitê complementar esse instrumento, viabilizar a implementação de todos os instrumentos de gestão dos recursos hídricos. Ressaltou a importância da Câmara Técnica de Educação Ambiental nas discussões voltadas à cobrança da água, uma vez que é esta que irá mediar o diálogo entre o comitê e a sociedade. **"O que ocorrer"** Ficou acertado, também, uma reunião que acontecerá no dia 5 de dezembro, com a diretoria e demais membros do comitê. A mesma acontecerá no INEMA, Unidade Regional Portal do Sertão, localizado na Rua Senador Quintino de número 523, bairro Olhos D'água, em Feira de Santana. Às 15h10min, o Sr. Evilásio Fraga agradeceu ao Presidente da Câmara de Vereadores de Mucugê pela disponibilidade do local e pelo apoio, agradeceu a todos os presentes e desejou a todos uma ótima viagem de regresso, declarando encerrada a reunião. O Secretário do CBHP, Sr. Ismael Nascimento de Medeiros lavrou a presente ATA que, após lida será submetida à Plenária da próxima Reunião para aprovação. Mucugê - BA, em 24 de novembro de 2017.///